



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 18 de Maio de 2020
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIV

Nº 1881



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2287, DE 18 DE MAIO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE RESTRIÇÃO E ACESSIBILIDADE A DETERMINADOS SERVIÇOS, ATIVIDADES E BENS PÚBLICOS E PRIVADOS COTIDIANOS, ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA COVID-19, CAUSADA PELO VÍRUS SARS-CoV-2, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e as alterações posteriores;

CONSIDERANDO o Decreto de Emergência nº 113, de 13 de março de 2020, do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, decreta Estado de Calamidade Pública no âmbito de todo o território do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado", republicada no Diário Oficial do Estado, em 24.03.2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 21, de 26 de março de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 30, de 10 de abril de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 34, de 14 de abril de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 38, de 29 de abril de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 40, de 06 de maio de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Decreto 2256, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG em razão de surto de doença respiratória COVID-19, e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 10/2020 exarada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO as Recomendações do Comitê de Enfrentamento à COVID-19, criado por meio do Decreto 2256/2020, com caráter deliberativo, e com competência para monitorar a emergência em saúde pública decretada, além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços, atividades e bens, públicos e privados cotidianos, a serem adotadas pelo Município de Monte Carmelo/MG, enquanto perdurar o Estado de Emergência em Saúde Pública, nos termos do Decreto 2256, de 17 de março de 2020.

CAPÍTULO II DAS VEDAÇÕES E DETERMINAÇÕES, RESTRIÇÕES E PRÁTICAS SANITÁRIAS

Seção I Das Vedações

Art. 2º São vedadas(os):

- I. Eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter públicos ou privados, incluídas excursões e cursos presenciais, com mais de trinta pessoas;
- II. Práticas comerciais abusivas, pelos produtores e fornecedores, em relação a bens ou serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação.
- III. As concessões de licença ou alvará para realização de eventos governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais e religiosos e outros com concentração próxima de pessoas, devendo ser suspensas as licenças e alvarás desta natureza, eventualmente já expedidos pela Administração Municipal, com a devida comunicação aos particulares que os requereram, com exceção das atividades descritas no inciso II e parágrafo único, incisos III e IV, do art. 5º deste Decreto.

Parágrafo único. Entende-se por prática abusiva quanto a precificação e demais situações dispostas no Código de Defesa do Consumidor.

Seção II Das determinações, restrições e práticas sanitárias

Art. 3º Fica determinado, em relação aos serviços de transporte de passageiros, urbano e rural, no âmbito do Município, que a lotação não excederá à capacidade de passageiros sentados, devendo observar as seguintes práticas sanitárias:

- I. Realização de limpeza minuciosa diárias dos veículos e, a cada turno, das superfícies e pontos de contato com as mãos dos usuários, com utilização de produtos de assepsia que impeçam a propagação do vírus;
- II. Adoção de cuidados pessoais, sobretudo com a lavagem das mãos e uso de produtos assépticos durante e ao término de cada viagem e utilização de máscara pelos motoristas;
- III. Higienização do sistema de ar-condicionado;
- IV. Manutenção, quando possível, de janelas destravadas e abertas de modo a possibilitar a plena circulação de ar;
- V. Fixação, em local visível aos passageiros, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para prevenção, enfrentamento e contingenciamento da pandemia Coronavírus COVID-19, bem como para que os usuários utilizem máscaras.

CAPÍTULO III DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS

Seção I

Da Suspensão dos Serviços e Atividades

Art. 4º Ficam suspensos, por prazo indeterminado, as seguintes atividades e serviços promovidos pelo Poder Público:

- I. As atividades presenciais da rede municipal de ensino, de acordo com as Deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 18, de 22 de março de 2020 e nº 26, de 08 de abril de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais – Resolução SEE nº 4310/2020 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;
- II. As atividades promovidas pelo Centro de Convivência de Idosos – Conviver;
- III. O Transporte Coletivo Público;
- IV. Os eventos, encontros e quaisquer outras atividades habitualmente promovidas pelo Município e que geram aglomeração de pessoas;
- V. As folgas compensativas, licença prêmio e férias regulamentares dos servidores da área de saúde, enquanto durar o Estado de Emergência em Saúde Pública, devendo os servidores em gozo retornarem imediatamente para suas atividades, com exceção dos servidores que desempenham suas atribuições internamente na Secretaria Municipal de Saúde, com a devida autorização da Secretária Municipal de Saúde.
- VI. A Campanha de Prevenção do Câncer de Boca e a confecção de próteses dentárias;
- VII. Os serviços de fiscalização sanitária em estabelecimentos de saúde e interesse à saúde, exceto:
 - a) as situações em que houverem denúncias;
 - b) os atendimentos às solicitações de inspeções, desde que não haja aglomeração de pessoas e risco de contaminação.

Art. 5º Conforme as determinações emitidas pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicada no Diário do Estado em 24.03.2020, e alterações posteriores, ficam suspensos os serviços, atividades ou empreendimentos, públicos ou privados, com circulação ou potencial aglomeração de pessoas, em especial:

- I. eventos públicos e privados de qualquer natureza, em locais fechados ou abertos, com público superior a trinta pessoas;
- II. atividades em feiras, observado o disposto no inciso III do parágrafo único;
- III. estabelecimentos situados em galerias ou centros comerciais;
- IV. bares, restaurantes e lanchonetes;
- V. clubes, academias de ginástica, boates, salões de festas, casas de espetáculos e clínicas de estética;
- VI. bibliotecas e centros culturais;
- VII. as celebrações eucarísticas públicas, cultos, reuniões e eventos dos diversos segmentos religiosos, sendo sugerida a transmissão de celebrações e cultos nas redes sociais.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o *caput* não se aplica:

- I. às atividades de operacionalização interna dos estabelecimentos comerciais, desde que respeitadas as regras sanitárias e de distanciamento adequado entre os funcionários;
- II. à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares, nem aos serviços de entrega de mercadorias em domicílio ou, nos casos do inciso IV, também para retirada em balcão, vedado o fornecimento para consumo no próprio estabelecimento.
- III. A realização de feiras de comercialização de alimentos, incluindo hortifrutigranjeiros, desde que observados os critérios de rodízio, de modo a evitar aglomeração de pessoas e o atendimento dos seguintes critérios:
 - a) A feira livre será realizada no Espaço Cultural e no ponto da Avenida Brasil Leste, por serem locais públicos e arejados, afastados das residências, com a alternância dos locais nos finais de semana;
 - b) O horário de funcionamento não poderá exceder 06 (seis) horas de funcionamento;
 - c) Deverá ser respeitado o distanciamento mínimo de 03 (três) metros entre as barracas;
 - d) É proibida a participação de feirantes enquadrados no grupo de risco de contaminação, diagnosticados com diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
 - e) As barracas que vendem bebidas e comidas, tais como pasteis, coxinhas, salgados em geral e espetinhos, poderão funcionar na feira, para entrega de mercadoria no balcão, sendo vedado o consumo na barraca;
 - f) É obrigatório o uso de máscara de proteção pelos feirantes durante todo o período da feira, com sua substituição a cada duas horas de uso;
 - g) É obrigatória a higienização constante das mãos pelos feirantes;
 - h) Deverá ser disponibilizado em cada barraca pelos feirantes, o álcool em gel 70% (setenta por cento), e papel toalha para uso próprio e dos clientes;
 - i) Deverá ser providenciada pelos feirantes a higienização

constante de toda a barraca, bem como das mesas, balcões, balanços, carrinhos, refrigeradores e caixas retornáveis.

IV. A realização de leilão agropecuário, desde que respeitados os critérios estabelecidos pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

Seção II

Das restrições e práticas sanitárias

Art. 6º Conforme as determinações emitidas pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicada no Diário do Estado em 24.03.2020, e visando instituir restrições e práticas sanitárias, fica determinada(o):

- I. a suspensão ou limitação do acesso a parques e demais locais de lazer e recreação;
- II. a restrição às visitas aos centros de convivência de idosos;
- III. aos estabelecimentos comerciais e industriais que permanecerem abertos que adotem sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contato e aglomeração de trabalhadores, e que implementem medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19, disponibilizando material de higiene e orientando seus empregados de modo a reforçar a importância e a necessidade de:
 - a) adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos com a utilização de produtos assépticos durante o trabalho e observar a etiqueta respiratória;
 - b) manter a limpeza dos locais e dos instrumentos de trabalho;
- IV. aos estabelecimentos comerciais e de serviços que permanecerem abertos que estabeleçam horários ou setores exclusivos para atendimento ao grupo de clientes que, por meio de documento ou autodeclaração, demonstrem:
 - a) possuir idade igual ou superior a sessenta anos;
 - b) portar doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
 - c) for gestante ou lactante.

Parágrafo único. Sempre que possível, a prestação de serviços ou a venda de produtos de que tratam os incisos III e IV deverá ser realizada por modalidades que impeçam a aglomeração de pessoas no recinto ou em filas de espera, observado o distanciamento mínimo de dois metros entre os consumidores.

Seção III

Da manutenção dos serviços e atividades

Art. 7º Ficam mantidos, os serviços e atividades abaixo discriminados e seus respectivos sistemas logísticos de operação e cadeia de abastecimento, conforme Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicada no Diário do Estado em 24.03.2020:

- I. farmácias e drogarias;
- II. fabricação, montagem e distribuição de materiais clínicos e hospitalares;
- III. hipermercados, supermercados, mercados, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, padarias, quitandas, centros de abastecimento de alimentos, lojas de conveniência, de água mineral e de alimentos para animais;
- IV. distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- V. distribuidoras de gás;
- VI. oficinas mecânicas, borracharias, autopeças, concessionárias e revendedoras de veículos automotores de qualquer natureza, inclusive as de máquinas agrícolas e afins;
- VII. restaurantes em pontos ou postos de paradas nas rodovias;
- VIII. agências bancárias e similares;
- IX. cadeia industrial de alimentos;
- X. atividades agrossilvipastoris e agroindustriais;
- XI. serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados, tais como gestão, desenvolvimento, suporte e manutenção de hardware, software, hospedagem e conectividade;
- XII. construção civil;
- XIII. setores industriais;
- XIV. lavanderias;
- XV. assistência veterinária e pet shops;
- XVI. transporte e entrega de cargas em geral;
- XVII. serviço de call center;
- XVIII. locação de veículos de qualquer natureza, inclusive a de máquinas agrícolas e afins;
- XIX. Serviços de assistência técnica em máquinas, equipamentos, instalações, edificações e atividades correlatas, tais como a de eletricista e bombeiro hidráulico

XX. Serviços de controle de pragas e de desinfecção de ambientes;

XXI. Atendimento e atuação em emergências ambientais;

XXII. Comércio atacadista e varejista de insumos para confecção de equipamentos de proteção individual – EPI e clínico-hospitalares, tais como tecidos, artefatos de tecidos e aviamentos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no *caput* deverão adotar as seguintes medidas:

- I. intensificação das ações de limpeza;
- II. disponibilização de produtos de assepsia aos clientes;
- III. manutenção de distanciamento entre os consumidores e controle para evitar a aglomeração de pessoas, inclusive por meio de demarcação de espaço em fila de espera;
- IV. divulgação das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia Coronavírus COVID-19;
- V. agendamento de atendimento ao consumidor, quando compatível com a atividade.

Art. 8º Será mantida a prestação de serviços públicos essenciais e que não podem ser descontinuados, dentre os quais:

- I. Tratamento e abastecimento de água;
- II. Assistência médico-hospitalar;
- III. Serviço funerário;
- IV. Coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos e demais atividades de saneamento básico;
- V. Exercício regular do poder de polícia administrativa.

Art. 9º Na atividade de colheita de grãos, especialmente do café, o produtor rural deverá adotar as seguintes medidas sanitárias:

- I. Quanto à contratação dos colaboradores:
 - a) Evitar contratar pessoas na categoria de risco, conforme recomendado pelo Ministério da Saúde;
 - b) Os colaboradores locais e que venham de outros estados e regiões que apresentem os sintomas devem permanecer em isolamento domiciliar e procurar atendimento médico;
 - c) O empregador deve comunicar aos seus colaboradores verbalmente e de maneira clara todos os cuidados necessários para a prevenção da COVID-19;
- II. Quanto ao transporte:
 - a) O veículo que será utilizado como transporte dos colaboradores, deverá ser higienizado a cada viagem, de preferência, com solução de cloro ou água sanitária a 1% ou peróxido de hidrogênio a 1% (deixar a solução agir por, no mínimo, 10 minutos);
 - b) A pessoa que realizar a higienização dos veículos deverá utilizar EPIs adequados: luvas, capa plástica e máscara, bem como pulverizador costal e pano de limpeza;
 - c) A motorista não deverá permitir o embarque de pessoas que apresentem sintomas;
 - d) A entrada dos passageiros deverá ser feita de maneira organizada para evitar aglomeração, embarcando um passageiro por vez;
 - e) Percorrer o trajeto com todas as janelas abertas, para permitir a ventilação no interior do veículo;
 - f) Não permitir que as pessoas realizem o trajeto em pé;
 - g) Desinfetar as mãos com água e sabão ou álcool 70% em cada embarque e desembarque;
 - h) Aumentar a frequência de desinfecção das superfícies de contato de veículos, como volante do trator ou câmbio, painel e maçaneta de carros.
- III. Quanto ao trabalho no campo:
 - a) Não permitir aglomerações durante as atividades de trabalho ou intervalos de descanso;
 - b) É obrigatório o uso de EPIs adequados de acordo com as funções exercidas.
- IV. Quanto aos equipamentos e maquinários:
 - a) Não deverá ser utilizado álcool para limpeza de painéis com dispositivos eletrônicos;
 - b) Máquinas e equipamentos devem ser higienizados antes e após o uso com água sanitária na concentração mínima de 1% ou peróxido de hidrogênio na concentração de 1%;
 - c) Antes e após manusear máquinas ou equipamento, as superfícies de contato direto devem ser limpas com álcool 70% ou solução com água sanitária. Se for utilizada solução com água sanitária, é necessário enxugar o local com toalha descartável;
 - d) É obrigatório o uso de EPIs adequados de acordo com as funções exercidas.
- V. Quanto às cantinas e refeitórios:
 - a) Mãos e partes expostas do corpo devem ser higienizados com água e sabão antes das refeições;
 - b) Caso o empregador ofereça alimentação a seus colaboradores, as pessoas que preparam e servem as refeições devem utilizar a máscara cirúrgica e luvas, com rigorosa higienização das mãos;
 - c) Reforçar a higienização de cantinas, refeitórios e banheiros;
 - d) Limpar e desinfetar as superfícies das mesas após cada utilização;
 - e) Manter o local de alimentação limpo e ventilado, não

permitindo aglomeração de pessoas;

- f) Não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres;
 - g) Manter a distância segura, de 2 metros, entre as pessoas nos locais de descanso e evitar aglomerações;
 - h) Revezar horários de intervalos e refeições;
 - i) Manter equipe permanente de higienização em banheiros, refeitórios e áreas afins.
- VI.** Quanto aos alojamentos coletivos
- a) Aumentar a distância entre as camas, de no mínimo, 1 metro;
 - b) Permitir a boa ventilação do local;
 - c) Limpar diariamente alojamentos e banheiros;
 - d) Não compartilhar objetos de uso pessoal;
 - e) Lavar as mãos em intervalos menores, com água e sabão.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 A execução das medidas previstas neste Decreto ficará a cargo do Setor de Fiscalização do Município, composta por servidores das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Fazenda, Vigilância Sanitária e Procon que poderá solicitar, caso seja necessário, apoio da Polícia Militar, de modo a garantir sua fiel observância, nos termos das Recomendações nº 05/2020 e 10/2020 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A equipe encarregada pela fiscalização deverá empreender esforços diários para fiscalizar os estabelecimentos comerciais, providenciando escala de revezamento com as equipes para permitir a fiscalização, inclusive, no período noturno, finais de semana e feriados.

Art. 11 Todas as atividades e serviços devem considerar rigorosamente as diretrizes de segurança mínima estabelecidas para conter o avanço do COVID-19, apresentadas pelo Ministério da Saúde, bem como as prescrições nos Regulamentos Sanitários.

Art. 12 Ficam os funcionários, servidores e colaboradores que prestem atendimento ao público nos órgãos e nas entidades da Administração Pública, Direta e Indireta, nos estabelecimentos industriais, comerciais, bancários, rodoviários, nas instituições de longa permanência para idosos, e agências lotéricas, em funcionamento neste Município, obrigados a utilizar em seus ambientes de trabalho, nos termos do regulamento, máscaras de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação do coronavírus causador do COVID-19, enquanto perdurar o estado de emergência em saúde.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, os órgãos, entidades e estabelecimentos a que se refere o *caput*, fornecerão gratuitamente máscara de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação do coronavírus causador da COVID 19, para seus funcionários, servidores e colaboradores.

Art. 13 Aplicam-se, em âmbito municipal, todas as disposições contidas nas Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19, desde que não sejam incompatíveis com as medidas estabelecidas neste Decreto.

Art. 14 Fica revogado o Decreto nº 2273, de 17 de abril de 2020.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 18 de maio de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 1477, de 12 de setembro de 2018.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 38500-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 121/2020

"DISPÕE SOBRE ALTERAR A RESOLUÇÃO CMDCA
Nº 118/2020".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG

(CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.477, de 12 de setembro de 2018, que estabelece novos parâmetros relativos Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, Estatuto Da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 105, de 15 de junho de 2005, do CONANDA que dispõe sobre os Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº01/2020 que CONVOCA os representantes de entidades civis (não governamentais), sindicatos, entidades sociais, organizações profissionais, entidades representativas do pensamento científico, religioso e filosófico e outros nessa linha, tais como movimentos sociais e demais interessados, para a Assembleia de Votação, onde serão eleitos os representantes da sociedade civil para compor o CMDCA – Biênio 2020/2022;

CONSIDERANDO estudo da Comissão Eleitoral mediante o enfrentamento a pandemia de Covid-19 e a Resolução CMDCA nº116/2020;

CONSIDERANDO Ofício nº008/2020do Presidente da 88ª Subseção da OAB/MG Monte Carmelo,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os nomes dos Delegados que irão participar da assembleia de votação, a ser realizada no dia 20 de maio de 2020, são:

I-88ª Subseção OAB/MG Monte Carmelo

Delegados(as): Claudia Regina Pereira Lourenço, Marlon Douglas Aguiar Reis Teixeira, Mariane Elisa Rodrigues e Vânia Aparecida de Oliveira.

Art. 2º - Os demais artigos da Resolução nº118/2020 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Monte Carmelo/MG, 15 de maio de 2020.

DANIEL DIAS DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gestão 2018-2020



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal nº 1477, de 12 de setembro de 2018.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 38500-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 122/2020.

"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA MONTE CARMELO REERENTE AOS MESES DE OUTUBRO A DEZEMBRO DO ANO DE 2019."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme reunião deliberativa ordinária do dia 13 de março de 2020 com os membros do CMDCA.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1477, de 12 de setembro de 2018, que estabelece novos parâmetros relativos Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, Estatuto Da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 137 do CONANDA, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA Monte Carmelo referente aos meses outubro a dezembro de 2019, conforme anexo único desta Resolução.

Parágrafo único: Os anexos são compostos por extratos bancários referentes aos meses mencionados.

Art. 2º - Informar que não houve utilização do referido recurso nestes meses mencionados no artigo anterior, ficando o saldo em aplicação conforme determina a Lei vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Monte Carmelo/MG, 13 de março de 2020.

DANIEL DIAS DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gestão 2018-2020

ANEXO ÚNICO RESOLUÇÃO Nº 122/2020

PRESTAÇÃO DE CONTAS FIA – 2019

MÊS OUTUBRO

CAIXA - Extrato de Fundos Page 1 of 2

CAIXA Extrato Fundo de Investimento Para simples verificação

Nome da Agência: MONTE CARMELO, MG Código: 0709 Operação: 0055 Emissão: 30/01/2020

Fundo: CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO CNPJ do Fundo: 00.834.074/0001-23 Início das Atividades do Fundo: 02/10/1995

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/09/2019	Cota em: 31/10/2019
0,0612	0,8818	1,0517	5,963990	5,967637

Administradora

Nome: Caixa Econômica Federal Endereço: SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF CNPJ da Administradora: 00.360.305/0001-04

Cliente

Nome: MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO CNPJ/CNPJ: 18.593.103/0001-78 Conta Corrente: 008.00085206-0 Mês/Ano: 10/2019 Folha: 01/01

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	94.591,98C	15.860,520148
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	57,85C	
IRRF	0,00	
ICF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	94.649,83C	15.860,520148
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(* Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor)

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
------	-----------	-----------	---------------

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressões e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Presado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

https://sistemafextrato.caixa.gov.br/sistemafextrato/Controller/extrato_extratoFundoInvesti... 30/01/2020

ANEXO ÚNICO RESOLUÇÃO Nº 122/2020

PRESTAÇÃO DE CONTAS FIA – 2019

MÊS NOVEMBRO

CAIXA - Extrato de Fundos Page 1 of 2

CAIXA Extrato Fundo de Investimento Para simples verificação

Nome da Agência: MONTE CARMELO, MG Código: 0709 Operação: 0055 Emissão: 30/01/2020

Fundo: CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO CNPJ do Fundo: 00.834.074/0001-23 Início das Atividades do Fundo: 02/10/1995

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 31/10/2019	Cota em: 29/11/2019
0,0685	0,9309	1,0259	5,967637	5,971724

Administradora

Nome: Caixa Econômica Federal Endereço: SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF CNPJ da Administradora: 00.360.305/0001-04

Cliente

Nome: MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO CNPJ/CNPJ: 18.593.103/0001-78 Conta Corrente: 008.00085206-0 Mês/Ano: 11/2019 Folha: 01/01

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	94.649,83C	15.860,520148
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	64,82C	
IRRF	0,00	
ICF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	94.714,65C	15.860,520148
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(* Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor)

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
------	-----------	-----------	---------------

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressões e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Presado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

https://sistemafextrato.caixa.gov.br/sistemafextrato/Controller/extrato_extratoFundoInvesti... 30/01/2020

ANEXO ÚNICO RESOLUÇÃO Nº 122/2020

PRESTAÇÃO DE CONTAS FIA – 2019

MÊS DEZEMBRO

CAIXA - Extrato de Fundos Page 1 of 2

CAIXA Extrato Fundo de Investimento Para simples verificação

Nome da Agência: MONTE CARMELO, MG Código: 0709 Operação: 0055 Emissão: 30/01/2020

Fundo: CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO CNPJ do Fundo: 00.834.074/0001-23 Início das Atividades do Fundo: 02/10/1995

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 29/11/2019	Cota em: 31/12/2019
0,0451	0,9805	0,9805	5,971724	5,974869

Administradora

Nome: Caixa Econômica Federal Endereço: SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF CNPJ da Administradora: 00.360.305/0001-04

Cliente

Nome: MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO CNPJ/CNPJ: 18.593.103/0001-78 Conta Corrente: 008.00085206-0 Mês/Ano: 12/2019 Folha: 01/01

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	94.714,65C	15.860,520148
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	0,00	
IRRF	0,00	
ICF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	94.714,65C	15.860,520148
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(* Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor)

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
------	-----------	-----------	---------------

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressões e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Presado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

https://sistemafextrato.caixa.gov.br/sistemafextrato/Controller/extrato_extratoFundoInvesti... 30/01/2020

